

1 ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE  
2 RECURSOS HÍDRICOS (CONERH)  
3

4 No dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis, realizou-se a trigésima  
5 reunião ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH na  
6 sala de reuniões do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos  
7 Hídricos – INEMA às 9h00. Mariana Mascarenhas, Coordenadora da  
8 Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais da Secretaria Estadual do  
9 Meio Ambiente – SEMA, saudou a todos e registrou que essa era a primeira  
10 reunião ordinária da nova gestão do CONERH. Justificou a ausência do  
11 Secretário e Presidente deste Conselho por motivos de agenda com o  
12 Governador. Constaram em pauta os itens: 1. Análise e aprovação das Atas  
13 das 28ª e 29ª Reuniões Ordinárias e da 8ª Reunião Extraordinária; 2. Análise  
14 e deliberação do Formulário de Auto-avaliação do Programa de  
15 Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO) de  
16 2015, cujo quadro de metas foi aprovado pela Res. CONERH nº 98/2014; 3.  
17 Definição das Câmaras Técnicas; 4. O que ocorrer; 5. Informes. Antes do  
18 início dos debates dos pontos estabelecidos na pauta, foi feita uma breve  
19 apresentação dos presentes uma vez que há muitos conselheiros novos.  
20 Mariana Mascarenhas declarou que havia *quórum* regimental e passou a  
21 palavra a Márcia Telles para abrir e presidir a reunião. Márcia Telles colocou  
22 as atas da 8ª reunião extraordinária, 28ª e 29ª reunião ordinária para análise  
23 e aprovação. Em seguida as atas foram aprovadas por unanimidade. Passou  
24 para o segundo ponto de pauta: análise do formulário de autoavaliação do  
25 PROGESTÃO 2015, para apresentação das metas. Bruno Jardim fez um  
26 breve histórico sobre esse programa. Ressaltou que o PROGESTÃO é um  
27 programa criado pela Agência Nacional de Águas - ANA onde os Estados  
28 participam se quiserem, em função da classe que o Estado se coloca,  
29 passando a ter metas que, anualmente, deverão ser alcançadas e  
30 apresentadas a ANA. As metas federais e estaduais são avaliadas pela ANA  
31 e pelo Conselho Estadual respectivamente. Passou a palavra a George,  
32 representante do INEMA que coordena esse programa no Estado para dar  
33 algumas informações sobre a condução do PROGESTÃO no Estado.  
34 Explicou que para esse momento de avaliação anual quanto às metas  
35 estabelecidas são reunidas informações de diversas áreas, inclusive de  
36 outros órgãos além de SEMA e INEMA. Lembrou que foi assinado  
37 CONTRATO Nº 33/2014 entre ANA, INEMA, SEMA e CONERH que prevê o  
38 repasse de R\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil reais)  
39 vinculados ao alcance de metas federativas e estaduais. George citou e  
40 explicou que as metas federativas são relacionadas ao desenvolvimento e  
41 fortalecimento institucional do Sistema Estadual de Gerenciamento de  
42 Recursos Hídricos (SEGRENH) com processo de certificação fornecido pela  
43 ANA e são obrigatórios para todos os Estados. As metas de implementação  
44 dos instrumentos, de ferramentas de apoio ao gerenciamento de recursos  
45 hídricos em âmbito estadual são metas divididas em três grupos:  
46 obrigatórias, complementares e facultativas. São metas estabelecidas à  
47 partir da tipologia quanto a complexidade do processo de gestão em que o  
48 estado está enquadrado: (A) = baixa, (B) = média, (C) = alta, (D) = muito  
49 alta. O Estado da Bahia se encontra na tipologia (C), conforme determinou o  
50 próprio CONERH. Apresentou e explicou com mais detalhes como se dava o

1

51 funcionamento dessas metas. Falou sobre a avaliação das metas federativas  
52 de 2014, atingidas e as não cumpridas. Destacou que existem 29 (vinte e  
53 nove) metas a serem cumpridas até o final do PROGESTÃO, sendo que são  
54 22 (vinte e duas) metas obrigatórias e mais 07 (sete) metas  
55 complementares. George informou que as metas federais e estaduais para  
56 serem atingidas em 2016, serão apresentadas numa próxima reunião para  
57 conhecimento prévio deste Conselho. Disse que tinha informação da ANA  
58 que selecionará membros de cada setor para consultar sobre essas metas.  
59 Bruno Jardim sugeriu repassar para todos os membros informações sobre o  
60 PROGESTÃO tudo que foi pactuado anteriormente, considerando que o  
61 CONERH se encontra em uma nova gestão com vários membros novos.  
62 Evilásio Fraga esclareceu que a primeira meta para o CONERH foi aprovar o  
63 cronograma a ser atingido anualmente. Com relação aos trabalhos a serem  
64 desenvolvidos, esta era a primeira avaliação referente ao ano de 2015.  
65 Então, do ponto de vista operacional essa seria a primeira avaliação. Diante  
66 de algumas observações, George colocou: se o CONERH entender a  
67 necessidade de se fazer uma reavaliação da classificação, sugeria marcar  
68 uma reunião para tratar dessa questão. Bruno Jardim chamou a atenção das  
69 notas dadas para cada meta, citada de acordo com o quantitativo  
70 estabelecido, envolvendo situações que precisam ser melhoradas. Essa é  
71 uma avaliação em cima do que foi estabelecido pela ANA. Almacks Oliveira  
72 disse que discordava de George ao citar que não precisaria votação para  
73 essa demanda, em sua opinião, ao se tratar de uma análise e deliberação do  
74 formulário de avaliação de metas, cumprindo o artigo 51 da sessão II do  
75 regimento interno pedia vista e sugeria criar um grupo de trabalho para  
76 avaliar esse questionário. Murilo Xavier se referiu a informação referente a  
77 composição do Conselho sabendo-se que a ideia era que fosse paritário e  
78 foi colocado como tripartite e paritário, quando não é; outro ponto colocado  
79 sobre pessoas que seriam selecionados pela ANA para ser questionado por  
80 telefone, para tanto, os membros têm que ter conhecimento dos critérios  
81 adotados. Perguntou se o fato de adiar a aprovação do PROGESTÃO nesta  
82 reunião teria alguma consequência imediata referente a liberação dos  
83 recursos. Sugeriu uma reunião prévia de nivelamento para fins de se  
84 atualizar, conhecer o que está sendo decidido. Evilásio Fraga registrou que  
85 em 2015 o Conselho teve seus trabalhos prejudicado, as reuniões foram  
86 reduzidas, as Câmaras Técnicas tiveram pouca atuação, a Posse desse  
87 mandato ocorreu em março de 2016. Registrou que já existia uma Câmara  
88 Técnica de Programa, Planos e Projetos, não sendo necessário a criação de  
89 um grupo para avaliar esse formulário. Comentou que, se o Estado não  
90 dispor das condições para a SEMA dotar os Conselhos, os Comitês para  
91 atuar, prejudicará a atuação dos Colegiados, que por sua vez não poderão  
92 contribuir para sociedade de forma adequada. Disse que notava que os  
93 Conselhos têm carecidos de apoio e infraestrutura para que possam  
94 funcionar. Maria Lúcia perguntou se o adiamento da aprovação dessa  
95 demanda criará algum problema para a liberação dos recursos a ser  
96 repassado pela ANA. Edison sugeriu fazer alguns ajustes ou alteração no  
97 formulário de avaliação, tendo em vista que trata de uma avaliação do  
98 exercício anterior. Sugeriu melhorar essa avaliação sem precisar postergar a  
99 aprovação para envio a ANA; disponibilizar a memória que gerou os dados  
100 sobre Gestão de Processos. Márcia Telles fez algumas colocações

714

9

101 relacionadas as falas, mas pontuou que uma postergação atrasaria a  
102 liberação de recursos, pois existe um prazo para aprovação e remessa  
103 desse formulário a ANA, mas ainda assim, poderiam ser feitos ajustes em  
104 alguns pontos. Respondeu que reconhecia as dificuldades da infraestrutura.  
105 Mariana Mascarenhas esclareceu que o formulário com avaliação foi  
106 enviado na convocatória de reunião, para que os membros pudessem  
107 discutir com suas representações possíveis alterações que se fizessem  
108 necessárias, e o fato de não ter encaminhado antes a uma Câmara Técnica  
109 foi devido a não constituição da mesma, o prazo teria que ser cumprido junto  
110 a ANA para garantir que o recurso seja repassado, contudo sugeria que no  
111 decorrer desta reunião os membros pudessem se articular e fazer uma  
112 leitura do documento, caso houvesse alterações poderia ser incluída. Bruno  
113 Jardim informou que será realizada uma reunião com a ANA para tratar das  
114 metas para 2016 com novos procedimentos de consultas aos membros do  
115 Conselho. Os membros terão a chance de acompanhar esse processo.  
116 Manoel Ailton questionou se não seria possível o CONERH fazer parte das  
117 discussões no Conselho Nacional. Almacks Oliveira manifestou-se para  
118 retirar o pedido de vista, mas aprovaria com ressalva; sugeriu que a própria  
119 equipe fizesse os ajustes a partir de sugestões dos segmentos. Evilasio  
120 Fraga colocou que, quando apresentado o PROGESTÃO na gestão anterior  
121 foi uma oportunidade de o Conselho poder contribuir com o sistema, de  
122 forma a garantir o recurso para o ano seguinte, esperava que através das  
123 metas do PROGESTÃO as Câmaras Técnicas e a própria plenária  
124 pudessem estar discutindo aquilo que era pertinente ao Conselho, a questão  
125 da gestão dos recursos hídricos também era uma oportunidade para o  
126 governo, por tratar de um aporte de capital significativo durante quatro anos.  
127 George colocou que, as metas que foram avaliadas tiveram um processo  
128 construtivo bastante significativo na gestão anterior do Conselho com a  
129 participação e apoio da ANA. Colocou que esse questionário foi bastante  
130 trabalhoso, sobretudo porque envolveu várias Secretarias na busca de  
131 informações, a partir de aí estabelecer regras para que o CONERH  
132 acompanhe o andamento de construção desse questionário através da  
133 Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos, inclusive o PROGESTÃO  
134 foi o indutor de um grupo de trabalho para avaliar a gestão de recursos  
135 hídricos do estado a partir de metas, incorporando outras identificadas,  
136 interessantes e que pudesse ser aplicadas em todos Estados. Ratificou que  
137 as metas federativas não são avaliadas e nem deliberadas pelo CONERH  
138 devem ser apresentadas a ANA assim como as metas estaduais devem ser  
139 enviadas, anualmente, para a ANA. Bruno Jardim recordou que, na gestão  
140 anterior o grupo de trabalho que foi criado propôs estabelecer uma  
141 sistemática para o Conselho acompanhar o processo de gestão na Bahia.  
142 Murilo Xavier colocou que, baseado no depoimento de Evilásio Fraga propôs  
143 um voto de credibilidade, mas deixaria registrado que os próximos relatórios  
144 de acompanhamento o Conselho tivesse uma participação efetiva e não  
145 contemplativa. Mariana Mascarenhas colocou que, apesar de não ter  
146 enviado toda a contextualização histórica desse processo, o documento em  
147 pauta foi enviado. Relembrou que na ocasião da apresentação do formulário  
148 2014, foi feita discussão da necessidade desse Conselho ter maiores  
149 informações sobre esse sistema. O GT foi criado, com a ideia que, a partir  
150 do PROGESTÃO verificar quais outras questões seriam importantes, além

151 das que já estavam nesse programa para serem apresentadas e discutidas  
152 no Conselho. Evilásio Fraga falou que entendia que a plenária era para  
153 discutir os pontos que não foram consensuados nas Câmaras Técnicas e  
154 validar. Com relação ao grupo de trabalho, teve uma serie de pontos que  
155 foram levantados e outros, para que o Conselho deliberasse e desse  
156 andamento ao previsto na Legislação; destacou a importância de  
157 estabelecer um cronograma de reuniões para esses dois próximos meses.  
158 Mariana Mascarenhas colocou que existem pontos que talvez não precise  
159 aprofundar tanto, mas que pode ser feito alteração naquele momento,  
160 sugeria que a Câmara Técnica criasse uma proposta que tivesse o  
161 acompanhamento periódico do CONERH. Márcia Telles salientou que a  
162 Bahia foi classificada com um nível alto de complexidade na gestão, que o  
163 questionário restringe os níveis das respostas e que o que existe é a  
164 liberdade para justificar o nível escolhido para cada meta. O sistema de  
165 outorga e as dificuldades de instrumento de gestão estão muito além do  
166 PROGESTÃO isso deve ser discutido dentro do Conselho. Essas metas  
167 foram estabelecidas dentro de um programa específico, apenas isso. José  
168 Costa reconhecia que o processo precisaria ser aprovado, mas com ressalva  
169 para que haja maior envolvimento do Conselho, mas que é importante que  
170 sejam feitas contribuições com o processo e não apenas críticas  
171 improdutivas Almacks contra argumentou dizendo que, se o documento  
172 fosse apresentado da forma colocada por Márcia Telles, talvez os pleitos do  
173 Comitê do Salitre, como deliberação pedindo revisão de outorgas teriam sido  
174 atendidos, em sua opinião não funciona. Murilo Xavier sugeriu aprovar o  
175 formulário recomendando a construção de regras futuras. Mariana  
176 Mascarenhas consultou a plenária para votação dos seguintes  
177 encaminhamentos: aprovar o formulário da forma que estava e  
178 recomendando que a Câmara Técnica construa uma metodologia de  
179 acompanhamento desse programa especificamente para CONERH e; a  
180 outra opção seria analisar o formulário para fazer as alterações necessárias.  
181 Evilásio Fraga observou alguns pontos bem específicos, carecendo de  
182 melhorar a redação, bem como alterar algumas notas. Mariana comentou  
183 que precisariam ser analisados outros pontos que eventualmente poderão  
184 surgir dos demais membros. Marcelo Nunes observou que, somente Evilásio  
185 e Almacks manifestaram possibilidades de alterações em três pontos, nesse  
186 caso poderia resolver essa questão e daria prosseguimento. Almacks  
187 Oliveira explicou que não alteraria um único ponto e que dependeria de  
188 debate com a sua base. Nesse caso, reconsiderava seu pedido de vista.  
189 Edison manifestou que, tendo em vista a reconsideração de Almacks será  
190 submetido a acolhida da plenária quanto ao pedido de vistas, considerando  
191 desnecessário um pedido de vista de um questionário que boa parte dos  
192 membros não participou, mas com as explicações técnicas e metodológica,  
193 afirmava que no procedimento metas de 2016, entendia que deverá ser mais  
194 participativa com nova metodologia, com as memórias, com todo arcabouço  
195 e dados, e questionou se alguém teria dúvida; propôs que tudo seja  
196 pactuado, e se tem contribuições de mérito ou mera redação de conteúdo;  
197 propôs a Secex que se fizesse naquele momento, delegar a relatoria final;  
198 caso não tenha contribuições, propunha que seja apreciado ou votado o  
199 questionário. Explicou: se Almacks mantém seu pedido de vista, seria  
200 necessária uma votação para aprovar o pedido de vista, caso não, votariam



201 o questionário. Almacks ratificou o seu pedido conforme artigo 51, parágrafo  
202 1º do Regimento, não sendo necessária aprovação de pedido de vista.  
203 Mariana Mascarenhas fez algumas observações quanto ao assunto em  
204 questão ao encaminhar o pedido de vista de Almacks conforme determina o  
205 Regimento Interno; falou que seria justificado à ANA o pedido de vistas na  
206 Reunião plenária convocada para análise e deliberação do formulário de  
207 autoavaliação, e pediria que aguardasse para próxima reunião. Também,  
208 será encaminhado a continuidade da análise do PROGESTÃO independente  
209 da relatoria para CTPPP para apresentar uma proposta de  
210 acompanhamento ao Conselho. Em seguida, passou para o ponto referente  
211 a definição de membros para compor as Câmaras Técnicas. A SECEX  
212 recebeu as indicações para compor o segmento de Usuários, pelo Poder  
213 Público a Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL com  
214 titularidades/suplências é composta pela: SEMA/SEMA, PGE/PGE,  
215 SIHS/INEMA e SEAGRI/FBCBH (que na composição do CONERH ocupa  
216 assento de poder público) Na CTPPP: FBCBH/FBCBH, INEMA/SEMA,  
217 SIHS/SIHS e SEDUR/SEDUR. Na Câmara Técnica de Educação e  
218 Mobilização Social- CTEM:FBCBH/FBCBH , SEMA/SEMA, SESAB/SESAB e  
219 SEDUR/SEDUR. De Comunidade e Povos Tradicionais - CTPCT:  
220 FBCBH/FBCBH, SEMA/SEMA, SESAB/SESAB e SEAGRI/SEAGRI. Na  
221 CTOC: SEMA/INEMA, SEAGRI/SEDUR, SIHS/SESAB e SDE/FBCBH,. O  
222 Setor de Organizações Civisirão compor as seguintes câmaras:CTEM:  
223 Associenge /Vacância; Assancri/Vacância; Abenfac/Vacância.  
224 CTPPP:Acomqst/Vacância; UFBA/Vacância; ABENFAC/Vacância. CTIL -  
225 Assancri/Vacância. Outorga e Cobrança - CTOC: Acomqst / Vacância;  
226 Associenge/Vacância. Mariana registrou que ainda teria muita vaga em  
227 aberto para consulta. Posteriormente, enviaria a todos para ciência.  
228 Segmento de Usuários com titularidades e suplências para CTIL:  
229 FIEB/Energética Serra da Prata, ; COFIC/BSC, suplente; FAEB/ABAF;  
230 AIBA/EMBASA. Na CTPPP: FIEB/FIEB; COFIC/ BRASKEM; FAEB/  
231 ABAF;EMBASA/CETREL. CTOC: FIEB/ BRASKEM ; COFIC/CETREL  
232 ;FAEB/EMBASA ; AIBA/ ABAF. CTPCT- Povos e Comunidade tradicionais e  
233 a CTEM estão na mesma ordem: FIEB/FIEB; COFIC/BRASKEM;  
234 FAEB/ABAF; EMBASA/CETREL. Passou ao que ocorrer: Mariana  
235 Mascarenhas informou que o Fórum Baiano de Comitês de Bacias  
236 Hidrográficas encaminhou pedido de prorrogação do mandato para os  
237 membros de 02 (dois) Comitês por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 31 de  
238 julho de 2016, estabelecido pelo CONERH para que esses Comitês fossem  
239 renovados. Disse que em abril de 2015, o Conselho se reuniu e aprovou a  
240 prorrogação do mandato de 10 (dez) Comitês de Bacias Hidrográficas,  
241 vários haviam sido reconduzidos outras vezes por diferentes motivos.  
242 Durante a reunião do Fórum, recentemente, se discutiu qual a solicitação de  
243 prorrogação do processo eleitoral que acarretaria a prorrogação dos  
244 mandatos para período posterior ao dia 31 de julho de 2016 conforme  
245 decidido pelo CONERH. Nesta reunião, que contou com a presença da  
246 Promotora Dra. Luciana Khoury, forma apresentado motivos para que  
247 houvesse a prorrogação do processo eleitoral de renovação dos membros  
248 dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Salitre e dos Rios Paramirim e Santo  
249 Onofre por mais 120 (cento e vinte) dias. Almacks esclareceu que, em  
250 entendimentos com o Ministério Público Estadual, os dois comitês

251 interpretam que a coordenação do processo eleitoral tem que ser feito pela  
252 Diretoria e edital de convocação com o calendário deve ser aprovado pela  
253 plenária dos Comitês, isto tendo como base as Resoluções CONERH nº  
254 52/2009 e 55/2009. Explicou que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
255 Salitre solicitava a suspensão do processo eleitoral deflagrado pelo INEMA e  
256 também quer propor o rito que deve ser seguido obedecendo os princípios  
257 da política de recursos hídricos e a autonomia do Comitê como ente do  
258 sistema e com a competência exclusiva para emissão de Edital de  
259 Convocação do processo eleitoral. Destacou que, quem faz a convocação  
260 do processo eleitoral é o Comitê e não o INEMA que é um dos membros do  
261 Comitê. A criação e renovação de comitês na Bahia obedecem às  
262 Resoluções CONERH nº 52 e 55 de 2009 que cita como ações bases a  
263 serem seguidas e, especialmente a Resolução nº 52/2009, em seu artigo 20  
264 diz: "*cabe a diretoria do Comitê de Bacia Hidrográfica, além das atribuições*  
265 *estabelecidas pelo seu Regimento Interno coordenar o processo de*  
266 *renovação especial*". Disse que esse processo estava sendo coordenado  
267 apenas por uma Comissão Eleitoral, cujo procedimento seria o Comitê criar  
268 um grupo e nesse grupo discutir com a secretaria executiva do INEMA e  
269 apresentar ao Comitê em forma de Resolução o que foi definido. Citou  
270 também que o CONERH criou a Resolução nº 56/2009, que define normas  
271 transitórias para o processo de eleição de 2009, de membros de Comitês de  
272 Bacias Hidrográficas e dá outras providências. Fez a leitura do parágrafo  
273 único, artigo 1º dessa resolução e explicou que a resolução foi feita por  
274 detectarem que não havia usuários inscritos no processo eleitoral pela  
275 exigência de outorga e que era raro usuário com outorga. Naquela ocasião o  
276 CONERH aprovou um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os  
277 Usuários se inscrevessem em qualquer Comitê. Disse que nem a EMBASA  
278 apresentou a Outorga dos poços onde faz captação. Teceu elogios ao  
279 CONERH pelas Resoluções, admitindo que seguiu as regras estabelecidas  
280 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Mariana  
281 Mascarenhas ratificou o recebimento dessa solicitação do Comitê de Bacias  
282 do Salitre, do PASO, também recebeu um documento do Ministério Público  
283 Estadual em apoio aos Comitês. Com relação a Resolução mencionada, o  
284 INEMA é responsável e obrigado pelo artigo 24 da Resolução 52/2009 a  
285 publicar o Edital de Convocação. O *caput* do artigo 20, diz: "*cabe a diretoria*  
286 *do Comitê de Bacia Hidrográfica, além das atribuições estabelecidas pelo*  
287 *seu Regimento Interno coordenar o processo de renovação, em especial; I:*  
288 *promover a criação de comissão eleitoral de renovação de Comitês de*  
289 *Bacias Hidrográficas de caráter tripartite através da escolha em reunião*  
290 *plenária a ser convocada com item da pauta específica para este fim; II:*  
291 *realizar as atribuições descritas nos incisos III, IV e V do artigo 15 dessa*  
292 *Resolução*" Fez a leitura do que trata os incisos III, IV e V para quais as  
293 outras atribuições da Diretoria no que diz respeito ao Processo eleitoral de  
294 renovação especificamente se reportando, em seguida, ao artigo 22 dessa  
295 mesma Resolução que define o que compete a Comissão Eleitoral definida  
296 pela plenária do Comitê como o primeiro passo do processo eleitoral.  
297 Esclareceu que, a partir do momento que se cria a comissão eleitoral, o  
298 INEMA não coordena o processo de renovação, ou seja, a Comissão  
299 elabora o Edital para o INEMA publicar e tem outras competências. Márcia  
300 Telles explicou que tudo que compete ao INEMA foi cumprido não havendo

250

251

301 nenhum descumprimento da Resolução nº52/2009. Com relação ao  
302 questionamento sobre os encontros entre a Comissão Eleitoral e o INEMA  
303 que estavam entre os argumentos apresentados pelos 02 (dois) comitês nos  
304 documentos enviados ao CONERH, registrou que ocorreu uma oficina com  
305 as Comissões Eleitorais e representantes da diretoria dos Comitês, na qual  
306 foi aprovado o novo calendário eleitoral e que apenas o Salitre não teve a  
307 participação de sua diretoria o que levou a um esforço para realização de  
308 mais 02 (duas) reuniões para tentar o dialogo entre a diretoria e a Comissão  
309 Eleitoral, reuniões realizadas, mas sem a presença da Diretoria do Comitê.  
310 O INEMA esteve em constante diálogo com os membros das Comissões  
311 Eleitorais através da Coordenação de Interação Social – CODIS que exerce  
312 a Secretaria Executiva dos Comitês. Gertha falou que se sentia mais  
313 confortável com a documentação encaminhada pelo Ministério Público, pois  
314 a não renovação dos membros dos Comitês por tanto tempo gerava um  
315 desconforto muito grande entre os Conselheiros do CONERH. Sugeriu que o  
316 Processo fosse encaminhado à CTIL - Câmara Técnica de Assuntos Legais  
317 Institucionais para se fazer uma análise jurídica com toda fundamentação  
318 para apresentar maiores subsídios e justificativas para o próprio Conselho.  
319 Murilo Xavier perguntou se esse pedido seria somente para os 02 (dois)  
320 Comitês, pois uma vez analisado, o vício do rito se estenderia aos demais  
321 Comitês. Mariana Mascarenhas explicou que na reunião do Fórum Baiano  
322 de Comitês de Bacias Hidrográficas os representantes dos outros Comitês  
323 decidiram por manter o prazo de 31 de julho de 2016, não desejando a  
324 prorrogação do processo eleitoral para depois dessa data. Márcia Telles  
325 reforçou o esclarecimento de que, a argumentação de descumprimento da  
326 Resolução não procedia, inclusive o calendário com todos os prazos  
327 obedeceu ao que determina a Resolução. Almacks Oliveira falou das  
328 dificuldades de mobilização no Comitê do Salitre. Márcia Telles destacou  
329 que, com relação as alterações do cronograma mencionadas por Almacks,  
330 afirmava que houve por identificação de alguns feriados e pontos  
331 facultativos, por último ocorreu uma alteração por decisão dos presidentes  
332 de Comitês; destacou a importância e a necessidade da renovação. Foi feita  
333 uma reunião como determinava, formou-se uma Comissão Eleitoral, na  
334 próxima reunião do Comitê será aprovada. Disse que dentro desse  
335 processo, o Comitê do Salitre não teve chance para marcar outra reunião  
336 que aprovaria a ata que referendava essa Comissão. Afirmou que a  
337 Comissão Eleitoral não tem a competência deliberativa. Márcia Telles  
338 passou a palavra para Joanna Paroli, representante da Coordenação de  
339 Interação - CODIS e que participou de todo processo desde de seu início,  
340 para fazer um breve histórico sobre essas comissões. Joanna Paroli falou  
341 que o processo não foi deflagrado pelo INEMA e sim pelo Comitê de Bacia.  
342 No caso do Comitê do Salitre houve uma reunião no dia 29 de novembro de  
343 2015, em Juazeiro e formou sua comissão eleitoral conforme determina a  
344 Resolução que trata do assunto. Por falta de *quórum* no dia 28 de março,  
345 essa Comissão se reuniu duas vezes, sendo composta pelo INEMA  
346 representante Walter Guerra, por uma representante da EMBASA e uma  
347 representante da Sociedade Civil. Disse que tinha informações que esses  
348 representantes estão atuando no processo, construíram o calendário de  
349 reuniões para a Comissão Eleitoral, conforme estabelecido na Resolução nº  
350 52 do CONERH; não identificou nessa comissão interesse em prorrogar

351 essa renovação. Destacou que, apesar da inexistência de uma ata assinada,  
352 havia uma manifestação favorável dos atores envolvidos, para que a  
353 renovação se realizasse, bem como não vê nenhum impeditivo para se  
354 entender que essa reunião fosse deliberativa. Afirmou que, reconhecia as  
355 dificuldades, as limitações do processo. Citou que as Comissões estão  
356 conduzindo o processo eleitoral de acordo a Resolução e o Manual da ANA.  
357 Almacks Oliveira questionou o fato do INEMA ter realizado uma reunião em  
358 Salvador e outra em Senhor do Bonfim que não era região de Bacia. Joanna  
359 Paroli esclareceu que as reuniões foram realizadas nessa cidade por  
360 solicitação da representação da Sociedade Civil e de Usuários (EMBASA)  
361 que são os membros da Comissão Eleitoral. Joanna explicou que, em  
362 relação ao Poder Público Municipal, formam feitos contatos via telefone e  
363 correio eletrônico solicitando apoio para o período de inscrições e todas  
364 àquelas que se posicionaram como parceiras estariam recebendo a  
365 documentação. Essa informação não pode constar do material de divulgação  
366 porque somente agora as prefeituras estavam oficializando essa parceria.  
367 Evilásio Fraga falou que, em sua opinião, os Comitês precisavam ter se  
368 articulado com mais antecedência para instigar a secretaria executiva a  
369 dotar os comitês de condições para iniciar o processo eleitoral, isso foi feito  
370 no Comitê do Paraguaçu, mas houve uma deliberação da secretaria  
371 executiva, na época, que iria conduzir o processo eleitoral simultaneamente.  
372 Destacou que, no momento, se aproximava o prazo final. Registrou que na  
373 reunião ocorrida no dia 08 de março, os comitês ajustaram os prazos, a  
374 exemplo do prazo de inscrição e da plenária eleitoral. Sugeriu que esses  
375 dois comitês pudessem dilatar seu prazo de inscrição ou, então deixavam  
376 assim mesmo e, no caso de muita vacância, poderiam abrir um processo  
377 apenas para preencher essas vagas. Edison comentou que ficou claro que  
378 as Resoluções carecerão de ajustes, que deverão ser matéria para as  
379 Câmaras Técnicas proporem alterações para aprovação da plenária .  
380 Explicou que o ideal seria que o edital e as datas fossem apreciadas pela  
381 plenária dos comitês, mas que não é uma obrigatoriedade e é preciso que  
382 isso esteja previsto na Resolução. Por fim, ficou decidido que a matéria será  
383 enviada à CTIL para que se posicione até o dia 17 de maio para que o  
384 CONERH delibere essa questão. A plenária deliberou que a primeira reunião  
385 da CTIL para iniciar a análise dos documentos será no dia 02 de maio.  
386 Passou a palavra a Eduardo Topázio para apresentar os conceitos do  
387 programa Qualiáguas. Topázio explicou que se trata de um programa em  
388 parceria com a ANA que auxiliará muito o monitoramento dos recursos  
389 hídricos no Estado. , O Programa visa estimular e incentivar a divulgação da  
390 qualidade da água, baseado na Lei nº 9.433/97, considerada uma Lei  
391 inovadora, do ponto de vista do arcabouço jurídico, pois prevê uma gestão  
392 compartilhada e participativa. A avaliação da água é de suma importância  
393 para o fortalecimento os instrumentos da Política Nacional de Recursos  
394 Hídricos. Citou as bases legais e as diretrizes gerais. Existe a questão da  
395 descentralização, a necessidade de que o poder central em Brasília permita  
396 que os Estados operem seus sistemas, independente da dominialidade dos  
397 municípios. Destacou que a Rede Nacional de Monitoramento, na Bahia,  
398 conta com 552 (quinhentos e cinquenta e dois) pontos. A finalidade do  
399 programa é premiar as Unidades da Federação para divulgarem dados de  
400 monitoramento e qualidade de água, contribuir para o fortalecimento e


15

16



401 estruturação dos órgãos gestores estaduais para que realizem  
402 monitoramento sistemático da qualidade das águas e deem publicidade dos  
403 resultados gerados. Disse que o programa estava na fase de edição, planos  
404 e metas e o Contrato assinado para publicação. Após, será feito o processo  
405 de certificação e pagamento de premiação. A estrutura do projeto dispõe de  
406 metas de monitoramento estruturante. O processo de capacitação e a  
407 questão de laboratório com parceria. Citou os indicadores. Explicou os  
408 critérios para premiação e os níveis de enquadramento. A avaliação será  
409 realizada anualmente. Informou que os resultados serão apresentados  
410 previamente ao Conselho para conhecerem antes mesmo que a ANA faça  
411 auditoria. Disse que parte desse convênio com a ANA já é executada em  
412 paralelo. Registrou que estaria a disposição para qualquer pergunta e/ou,  
413 apresentar detalhamento sobre o funcionamento de toda rede de qualidade  
414 e quantidade. Mariana Mascarenhas informou que esse material será  
415 enviado a todos os membros deste Conselho. Por fim, a reunião foi  
416 encerrada, esta ata será assinada pelos membros presentes.

417  
418 **Presidente em exercício:** Márcia Telles 

419 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas 

420

421 **Conselheiros Presentes:**

422 Edison Ribeiro dos Santos - Sema  
423 Bruno Jardim da Silva - Inema  
424 José George dos Santos Silva - Inema  
425 Adriano de Sá Bouzas - Seagri  
426 Fernando Luiz Campos Pereira - Seagri  
427 Marcello Nunes Abreu - SIHS  
428 José Olímpio Rabelo de Moraes - SIHS  
429 Paula Cistina de Souza Ribeiro - Sesab  
430 Sérgio Tomich Silva - Sedur  
431 Beatriz da Cruz Pita - SDE  
432 Gertha Merícia Rios Pinheiro de Almeida - PGE  
433 Almacks Luiz Silva - FBCBH  
434 Evilásio da Silva Fraga - FAEB  
435 Tiago Hiroshi de Oliveira - Embasa  
436 Adriano José Perrone de Oliveira - DAC  
437 Sérgio de Hortélio - Braskem S.A  
438 Cláudio Murilo M. Xavier - FIEB  
439 Adalberto Rabelo Sanches - BSC  
440 José Silva Costa - Aratu Mineração  
441 José Luiz Sanches Gonçalves Júnior - Bahia Pesca S.A  
442 Maria Lúcia Góes Brito - Assancri  
443 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho - Acomqst  
444 Antônio Puentes Torres - UFBA  
445 Onimarcia Jesus do Nascimento - Associenge  
446 Jorge Luiz Farias Silva - Abenfac

447

448 **Convidados:**

449 Eduardo Farias Topazio - Inema  
450 Joanna Paroli Mangabeira Campos - Inema

